

Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades. Atualmente a Companhia opera com o licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

2 Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As demonstrações financeiras da Hercules foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hercules entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 9), partes relacionadas (11) e debêntures a pagar (nota explicativa 12)

Com o objetivo de cumprir com as obrigações mencionadas acima, a Hercules vem tomando importantes medidas cujos reflexos serão percebidos no médio e longo prazo.

Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados no exercício de 2013, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 28%, quando comparado a mesmo exercício de 2012. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas. A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais), Hercules Porzellan (Louças e travessas), Hercules Dekò (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação ainda maior no mercado, comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, a Companhia espera aumentar ainda mais o mix de produtos para alcançar a meta anual de faturamento,

- Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.

- A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 100 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas junto a Receita Federal do Brasil petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Considerando a complexidade do trabalho de revisão, bem como as dificuldades na obtenção de todas as cópias necessárias junto aos órgãos federais competentes, não é possível, neste momento, quantificar de forma precisa as incongruências no passivo tributário ora revisado.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT E CODAC, acórdãos e decisões do STJ e STF.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não - derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 16 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 8 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;

Nota explicativa 13 – Provisão para contingências.

A conclusão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 07 de abril de 2014.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Hercules nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separadamente.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Hercules tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Clientes e Outros créditos.

i. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia “desreconhece” um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

ii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Investimentos

O investimento em coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida de conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”, no grupo de “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

d. Ativo intangível

i. Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução do valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

iii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da coligada, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação reflexa, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

g. Receita operacional

Royalties

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam sobre um percentual auferido pelas vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas, Hercules, Vetro, Hercules Porzellan, Hercules Dekò a receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

h. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre o saldo de conta de mútuo. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

Não existem saldos de imposto de renda e de contribuição social correntes apurados para o exercício devido aos prejuízos fiscais apresentados. Como a Companhia encontra-se em fase de reestruturação, não é possível estimar com segurança os lucros tributáveis futuros, de modo que não são reconhecidos ativos fiscais diferidos.

j. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

k. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

5 Clientes

	31/12/13	31/12/12
Duplicatas a receber	1.270	1.504
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(18)
	<u>1.270</u>	<u>1.486</u>

O saldo de contas a receber de clientes, por vencimento:

	31/12/13	31/12/12
Valores a vencer	1.270	1.486
Vencidos há mais de 181 dias	-	18
	<u>1.270</u>	<u>1.504</u>

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	31/12/13	31/12/12
A vencer até 30 dias	530	588
A vencer entre 31 e 90 dias	593	757
A vencer entre 91 e 180 dias	147	141
	<u>1.270</u>	<u>1.486</u>

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está fundamenta em uma análise individual de todos os títulos em aberto há mais de 180 dias por parte da assessoria jurídica de cobrança da Companhia, sendo que a provisão para perdas é constituída para os casos onde sejam considerados de recebimento remoto, conforme critérios definidos pela Administração.

6 Investimentos

Investimento na coligada Mundial S.A. - Produtos de Consumo, avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

	Participação total	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas líquida	Lucro	Equivalência patrimonial
Mundial S.A. Produtos de Consumo	10,47%	259.750	908.945	872.390	36.555	277.148	4.605	482

Composição e movimentação dos saldos	Movimentação 2013					
	Saldo líquido em 31/12/12	Reserva de Reavaliação Reflexa	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Saldo líquido em 31/12/13	
Mundial S.A. Produtos de Consumo	3.330		482	16	3.828	
Composição e movimentação dos saldos	Movimentação 2012					
	Saldo líquido em 31/12/11	Conversão de ações e aumento de capital - resultado	Movimentação da reserva reflexa	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Saldo líquido em 31/12/12
Mundial S.A. Produtos de Consumo	4.386	1.285	(1.748)	(629)	36	3.330

7 Intangível

O saldo refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

Movimentação do intangível:

Custo do intangível	Marcas e Patentes	Total Ativo Intangível	Custo do intangível	Marcas e Patentes	Total Ativo Intangível
Saldos em 31/12/12	96	96	Saldos em 31/12/11	94	94
Adições	3	3	Adições	2	2
Saldos em 31/12/13	99	99	Saldos em 31/12/12	96	96

8 Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em dezembro de 2012, o valor de, R\$ 4.878 (R\$ 3.587 referente a IRPJ e R\$ 1.291 referente a CSLL), registrado na rubrica de provisão de imposto de renda e contribuição social diferido, foi constituído em função dos efeitos na adesão ao parcelamento Ajustar – ICMS. No decorrer do exercício o montante foi totalmente revertido, pois o fato gerador do imposto não gerou base paga pagamento do imposto.

9 Impostos e contribuições sociais

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico, revisão de todo o passivo tributário e apuração de valores devidos, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 100 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas junto a Receita Federal do Brasil petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Considerando a complexidade do trabalho de revisão, bem como as dificuldades na obtenção de todas as cópias necessárias junto aos órgãos federais competentes, não é possível neste momento quantificar de forma precisa as incongruências no passivo tributário ora revisado.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT E CODAC, acórdãos e decisões do STJ e STF.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

	31/12/13	31/12/12
REFIS (d)	14.173	14.173
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (a)	1.702	2.531
Ajustar - ICMS (b)	10.867	12.235
IPTU (c)	453	408
Outros impostos	865	312
	28.060	29.659
Passivo circulante	4.902	4.175
Passivo não circulante	23.158	25.484
Total	28.060	29.659

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2014	4.902
2015	3.409
2016	3.409
2017 em diante	2.167
Total	13.887
Refis	14.173
Total - passivo e passivo não circulante	28.060

(a) Parcelamento Lei 11.941/2009

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/2009, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Esta opção resultou em uma redução da dívida em R\$ 17.537, reconhecida na rubrica outras despesas e receitas operacionais, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa até 31 de dezembro de 2008.

O prazo para pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC.

Seguindo o cronograma estipulado pela Receita Federal do Brasil, a Hercules formalizou a consolidação dos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009 em junho de 2011, entretanto, após efetivar a consolidação de todas as modalidades, a Companhia identificou uma série de incongruências nos débitos apontados, que a levou a iniciar um trabalho específico de revisão para o confronto das informações fornecidas à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ao longo do cronograma de adesão e consolidação, com as informações constantes na última fase de consolidação.

Nesta linha, conforme referido anteriormente, a Companhia está ultimando, através de consultoria contratada, as providências atreladas à revisão do passivo tributário da Companhia, sobretudo no que diz respeito aos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009. O trabalho de revisão apontará as incongruências e permitirá a readequação do passivo consolidado no parcelamento em questão.

Assim, a Hercules poderá efetuar os ajustes necessários na inclusão dos débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009 para confirmação dos saldos mantidos nos seus controles internos. Atualmente os pagamentos mensais são de R\$ 89.

(b) Adesão ao Ajustar - ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (Ajustar) junto à Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 18.715.

Atualmente o valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual é de R\$ 10.867, que está pactuado em 120 parcelas mensais e consecutivas, atualizado pela SELIC e com recolhimento mensal de R\$ 188.

(c) IPTU

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 453, e com pagamentos mensais de R\$ 7.

(d) Tributos e contribuições sociais - Programa de recuperação fiscal - (REFIS)

a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calcula uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na melhor estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante de R\$ 14.173 (R\$ 619 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.554 no passivo não circulante). A Administração mantém o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados. Este montante tem sido revisado a cada data de reporte e será ajustado à medida que alterações relevantes sejam identificadas.

Atualmente o recolhimento mensal é de aproximadamente R\$ 5.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia na modalidade de arrolamento de bens, imóveis, máquinas e equipamentos, da coligada a Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O programa estabeleceu ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) e recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção).

Em 31 de dezembro de 2013 essa eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 489.722, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 475.549 e reclassificar para o passivo circulante a totalidade do débito classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 14.173

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa, atualizados pela TJLP e considerando as amortizações já efetuadas:

	Principal	Juros e multa	Total	Atualização TJLP	Amortização	31/12/13
PIS	2.597	1.519	4.116	4.488	(79)	8.525
COFINS	9.619	7.266	16.885	18.406	(324)	34.967
IPI	22.450	22.819	45.269	49.348	(870)	93.747
IRRF	2.323	2.321	4.644	5.063	(89)	9.618
CSLL	16.183	-	16.183	17.641	(311)	33.513
IRPJ	33.724	-	33.724	36.763	(648)	69.839
INSS	27.950	23.934	51.884	56.560	(997)	107.447
	114.846	57.859	172.705	188.269	(3.318)	357.656

b) A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Porém, conforme ficha 13 do programa do REFIS da Companhia, tal litígio consta como tendo sido incluído. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem garantido sua manutenção no programa através de medidas judiciais. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

10 Garantias prestadas

Em garantia dos parcelamentos com a Receita Federal do Brasil - RFB e da Secretaria da Receita Estadual do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ, foram oferecidos terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos da coligada Mundial S.A.- Produtos de consumo, e terrenos e imóveis das coligadas indiretas, Monte Magré S.A. e Eberle Agropastoril S.A.

11 Partes relacionadas

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	Avamiller	ZHEPAR	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Debêntures	389.007	-	-	-	389.007
Saldo ativo por mútuo e conta corrente	-	-	-	261	261
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	-	2.966	-	-	2.966
Despesas financeiras	41.154	-	-	-	41.154
Em 31 de dezembro de 2012					
Saldo ativo por mútuo e conta corrente	-	-	623	261	884
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	349.040	2.966	-	-	352.006
Despesas financeiras	37.214	-	-	-	37.214

Abaixo apresentamos a remuneração dos mútuos:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Laboratorio Avamiller de Cosméticos Ltda.	Não remunerada	Indeterminado

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total avista pelo saldo decorrente conta de mútuo por conta corrente, conforme descrito na nota explicativa 12.

12 Debêntures

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiro dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

Hercules S.A., oferece como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

13 Provisão para contingências

A Hercules é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Provisões trabalhistas	108	194
Depósitos judiciais	(108)	(38)
	<u>-</u>	<u>156</u>

Provisões trabalhistas - São relativas basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como por exemplo, horas extras.

Provisões cíveis - São constituídas por ação de rescisão de contratos de representação comercial e ação de cobrança de honorários advocatícios com respectivos pedidos de indenização.

Existem processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, no montantes apresentados no quadro abaixo:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Causas trabalhistas	482	615
Tributárias	20.746	-
Causas cíveis	11.545	8.342
	<u>32.773</u>	<u>8.957</u>

14 Passivo a descoberto

Capital autorizado

É dividido em 50.597.929 ações ordinárias e 101.195.858 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Capital subscrito

É dividido em 5.135.950 ações ordinárias e 10.164.050 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas por reserva de ágio sobre ações e reserva de incentivos fiscais.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflexa da coligada Mundial S.A. - Produtos de Consumo é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

Outros resultados abrangentes

O saldo do grupo de outros resultados abrangentes é composto ajuste acumulado de conversão dos investimentos indiretos no exterior através da coligada Mundial S.A- Produtos de Consumo S.A..

15 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Hercules no exercício e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2012 conforme o quadro abaixo:

Data	Histórico	Quantidade de ações ordinárias	Média ponderada de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Média ponderada de ações preferenciais
31/12/2012	Saldo inicial de ações	5.135.950	5.135.950	10.164.050	10.164.050
31/12/2013	Saldo final de ações	5.135.950	5.135.950	10.164.050	10.164.050
				31/12/13	31/12/12
Resultado do exercício				(33.866)	(31.366)
Média do exercício de ações ordinárias				5.135.950	5.135.950
Média do exercício de ações preferenciais				10.164.050	10.164.050
Resultado por ação ordinária básico e diluído				(2,2135)	(2,0501)
Resultado por ação preferencial básico e diluído				(2,2135)	(2,0501)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Hercules apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Hercules registra em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Hercules em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Empréstimos e recebíveis	31/12/13	31/12/12
Clientes	1.270	1.504
Partes relacionadas	261	884
Outros créditos	332	446

Os principais passivos financeiros da Hercules são classificados como mantidos até o vencimento, conforme demonstrado abaixo:

Mantidos até o vencimento

	31/12/13	31/12/12
Fornecedores	64	60
Debêntures	389.007	-
Partes relacionadas	2.966	352.006

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31/12/13		31/12/12	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Clientes	1.270	1.270	1.504	1.504
Partes relacionadas	261	261	884	884
Outros créditos	332	332	446	446
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	64	64	60	60
Partes relacionadas	2.966	2.966	352.006	352.006

d. Gestão de risco

As operações financeiras da Hercules são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Hercules a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Hercules são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Contas a receber de clientes	1.270	1.504

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Hercules sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Hercules mantém acompanhamento permanente do mercado.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Hercules eram:

Intrumentos de taxa variável	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Passivos financeiros	-	349.040

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Hercules contabiliza todos os ativos ou passivos financeiros de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável

Uma alteração nas bases das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, são mantidas constantes.

A análise é conduzida com a mesma base para 2012.

Instrumentos de taxa variável	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>		
Passivos com partes relacionadas	-	349.040		
	Receita sobre índice	Taxa	Aumento	Aumento
	31/12/2013	provável	de 25%	de 50%
Passivos financeiros sujeitos a variação IPCA	0,35%	0,35%	0,44%	0,53%
Projeção sobre passivo com partes relacionadas	-	-	-	-

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Hercules honrar suas dívidas. A Hercules procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o exercício de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

17 Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Receita bruta de serviços	4.045	4.478
Impostos sobre serviços	(475)	(526)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	(58)	(49)
Receita operacional líquida	<u>3.512</u>	<u>3.903</u>

18 Outras receitas/despesas operacionais

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Ganho na conversão de ações da Mundial S.A. - Produtos de Consumo	-	1.285
Outras receitas ou despesas operacionais	(147)	(160)
Total de outras receitas/despesas operacionais	<u>(147)</u>	<u>1.125</u>

19 Resultado financeiro

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Despesas financeiras com partes relacionadas (a)	(41.154)	(37.214)
Outras despesas e receitas financeiras	(1.139)	1.039
Total de despesas financeiras	<u>(42.293)</u>	<u>(36.175)</u>

- (a) Despesas em decorrência da atualização do mútuo com a coligada Mundial S.A. - Produtos de Consumo, atualizado por IPCA e acrescido de 6% a.a.

20 Seguros

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas em apólice global para a Companhia e suas coligadas diretas e indiretas, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A apólice prevê coberturas contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contratada pela coligada Mundial é R\$ 18.500 para responsabilidade civil.

Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

21 Medida provisória 627

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Conselho de Administração

Michael Lenn Ceitlin - Presidente
Paulo Roberto Leke - Vice Presidente
Jose Maria de Cesarino Henrique Soares - Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin - Diretor Superintendente e de Relações com Investidores
Julio Cesar Camara - Diretor
Marcelo Fagundes de Freitas - Diretor

Ivanês Grison Souto
TCCRC nº RS 084547/O-0
SSP - CPF: 522.635.500-97